



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VIII – PROFESSORA MARIA DA PENHA – ARARUNA
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SAÚDE
CURSO DE ODONTOLOGIA**

GÉRSICA THAÍS SANTOS DE ANDRADE

**ABORDAGEM DA DISCIPLINA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NOS CURRÍCULOS DE ODONTOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DO NORDESTE DO BRASIL**

**Araruna / PB
2016**

GÉRSICA THAÍS SANTOS DE ANDRADE

**ABORDAGEM DA DISCIPLINA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NOS CURRÍCULOS DE ODONTOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DO NORDESTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Odontologia da UEPB – Campus VIII como requisito parcial para a obtenção do título de Cirurgião-Dentista.

Orientador: Prof. Me. Naiana Braga da Silva.

Araruna / PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A553a Andrade, Gersica Thais Santos de

Abordagem da disciplina pacientes com necessidades especiais nos currículos de Odontologia das Instituições de ensino superior do nordeste do Brasil [manuscrito] / Gersica Thais Santos de Andrade. - 2016.

27 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2016.

"Orientação: Ma. Naiana Braga da Silva, Departamento de Odontologia".

1. Currículo. 2. Ensino Superior. 3. Odontologia I. Título.

21. ed. CDD 375

GÉRSICA THAÍS SANTOS DE ANDRADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Odontologia da UEPB – Campus VIII
como requisito parcial para a obtenção do
título de Cirurgiã-Dentista

Aprovado em: 21/09/2016.

BANCA EXAMINADORA

Naiana Braga da Silva

Prof. Me. Naiana Braga da Silva (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Andreia Medeiros Rodrigues Cardoso

Prof. Me. Andreia Medeiros Rodrigues Cardoso

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Gustavo Gomes Agripino

Prof. Dr. Gustavo Gomes Agripino

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com grande satisfação e carinho, a todos os meus. À minha família que sempre se dispunha a me ajudar. E em especial à minha amada avó paterna (Maria Pereira de Oliveira), que não está mais entre nós, mas tenho certeza que muito se alegraria em saber da minha conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu Senhor, que me presenteou com essa graduação, sem O qual eu não teria dado início, tampouco concluído;

Agradeço-o ainda pela saúde, perseverança, amor e pelas pessoas que colocou em meu caminho, as quais foram de suma importância para meu crescimento;

À minha mãe (Maria da Paz Santos) que não mede esforços, sempre batalhou para sustentar-me, dando forças e apoiando quando eu mais precisava;

Ao meu pai (José Pereira de Andrade), que sempre me esperava ansioso e cheio de carinho a cada visita à casa deles;

Às minhas irmãs e ao padrinho que ajudavam no que podiam desde o começo;

À minha orientadora, sempre acessível e atenciosa, a qual trouxe paz nos momentos de tensão e ansiedade, pela assistência em fazer com que o trabalho sempre parecesse mais simples;

Às amigas de infância (Tatiane, Júlia e Letícia), que torceram e apoiaram para a realização dessa conquista;

Ao namorado (Rayan) que sempre incentivou e muito me ajudou nesse trabalho e durante a jornada;

Aos colegas de graduação que tornaram-se amigos verdadeiros e colaboraram para essa caminhada mais leve, especialmente Camilla Pollyana;

A todos os professores pelos conhecimentos compartilhados;

Aos amados funcionários, em especial às Auxiliares de Saúde Bucal, que tratavam-me sempre com atenção e carinho;

A todos os pacientes pela confiança, respeito e apreço;

Enfim, a todos que contribuíram para a concretização desse sonho.

“A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, mas o que ele se torna com isso.”

(Jonh Ruskin)

ABORDAGEM DA DISCIPLINA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NOS CURRÍCULOS DE ODONTOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE DO BRASIL

Approach to discipline Patients with Special Needs in Dentistry of curriculum Institutions of higher education of Northeast Brazil

RESUMO

Objetivo: Apresentar o panorama da abordagem da disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais (PNE) nos currículos dos cursos de Odontologia, no Nordeste do Brasil. **Métodos:** Através de uma busca realizada por meio da internet, 79 IES cadastradas com curso de Odontologia tiveram suas grades curriculares e ementas pesquisadas e analisadas de forma quantitativa. As escolas foram avaliadas sobre: a presença ou ausência de disciplina exclusiva para PNE apresentado em seu currículo; a forma de oferta; e o modo de abordagem do conteúdo. **Resultados:** Verificou-se que 72% das IES do Nordeste disponibilizam matriz e/ou ementa via internet. Observou-se que dos currículos disponíveis, 40,4% das instituições apresentam componente específico de PNE. Desta parcela, 74% ofereciam-na como obrigatória e 13% como eletivas e 13% não informavam; 77% forneciam de modo teórico-prático, 16% apenas teórico, nenhuma apenas prático e 7% não disponibilizavam essa informação. **Conclusões:** A maior parte dos currículos das instituições estava disponível para acesso livre. Grande parte das IES do Nordeste brasileiro não oferecem uma disciplina no curso de Odontologia exclusiva para PNE. Em relação ao modo de ofertar o componente, predominou o obrigatório. Quanto à forma de aplicar o conteúdo, prevaleceu o sistema teórico-prático, e em nenhum dos currículos foi encontrada escola que o concedesse apenas prático.

PALAVRAS CHAVES: Pacientes com necessidades especiais. Instituições de Ensino Superior. Odontologia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO	TÍTULO
Figura 1:	Fluxograma de etapas aplicadas à metodologia
Figura 2:	Mapa apresentando IES por estado e a oferta da disciplina de Odontologia para PNE

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela/Quadro	Título	Página
Quadro 1	Classificação por estados e apresentação do componente	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGLA	DEFINIÇÃO
CD:	Cirurgião-dentista
MEC:	Ministério da Educação
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES:	Instituição de Ensino Superior
PNE:	Paciente com Necessidade Especial

SUMÁRIO

Página

RESUMO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS E QUADROS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	17
3 RESULTADOS	18
4 DISCUSSÃO	21
5 CONCLUSÃO	23
6 REFERÊNCIAS	25

**ABORDAGEM DA DISCIPLINA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NOS CURRÍCULOS DE ODONTOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DO NORDESTE DO BRASIL**

Approach to discipline patients with special needs in Dentistry of curriculum Institutions of higher education of Northeast Brazil

Gérsica Thaís Santos de Andrade¹

Naiana Braga da Silva²

1. Acadêmica do Curso de Odontologia, Universidade Estadual da Paraíba, Araruna – PB, Brasil.
2. Professora Substituta, Disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais, Departamento de Odontologia, Universidade Estadual da Paraíba, Araruna – PB, Brasil.

Endereço para correspondência:

Naiana Braga da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Av. Coronel Pedro Targino – Centro – Araruna – PB – Brasil

CEP 58233-000

E-mail: neinabs@hotmail.com / [gersicathandrade@outlook.com](mailto:gercathandrade@outlook.com)

Phone: (5583) 3373-1040/ (5583) 3373-1415

1. INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira assegura, desde 1988, que todos têm direito à saúde e o Estado deve dar suporte para isso se cumprir através de políticas econômicas e sociais que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde de todo cidadão de forma igualitária. Com a criação do Sistema Único de Saúde e os princípios doutrinários que o regem, a saúde torna-se um direito universal, garantindo que todos podem e devem ser atendidos sem distinção de raça, condição social, sexo, renda ou outras condições sociais e pessoais, com igualdade de assistência, sem privilégios ou preconceitos, mas atendendo às necessidades do indivíduo, considerando-o como um todo (BRASIL, 2006).

Sendo assim, todos que exercem uma profissão na área da saúde formados no Brasil devem, ou pelo menos deveriam, ser instruídos durante o curso técnico ou graduação, a atuar de acordo com o modelo assistencial que o país tem como lei, quando profissionais (OLIVEIRA *et al*, 2015).

Toda pessoa que precisa de um tratamento particularizado por causa de uma situação diferente ou variação (ou um conjunto), de caráter temporário ou indefinido, com origem fisiológica, morfológica, mental, estado psicológico e mudança comportamental, é considerada paciente com necessidade especial (CAMPOS *et al*, 2009). E, igualmente aos demais, devem ter acesso a todos os serviços de saúde, desde os níveis de atenção básica aos especializados e alta complexidade (SIQUEIRA *et al*, 2009).

No ano de 2010, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) contava com aproximadamente 64.380.132 brasileiros portadores de alguma deficiência visual, auditiva, motora ou mental, equivalente a quase $\frac{1}{4}$ da população. Apresentando a região Nordeste uma média ainda maior, mais de 26% (OLIVEIRA, 2012).

Os cuidados com a cavidade oral aparecem geralmente fragmentados da saúde geral, porém para proteger e prevenir agravos, em pacientes que apresentam condições limitadas ou já comprometidos sistemicamente, faz-se necessário incluir a Odontologia na saúde integral de todos (FONSECA *et al*, 2010).

As pessoas portadoras de deficiências devem ser acompanhadas por outras especialidades, mesmo que não estejam diretamente relacionadas à sua condição,

elas estão sujeitas ao aparecimento de outras doenças ou sofrer agravos caso não aja o cuidado e isso inclui os serviços odontológicos e a atenção à saúde oral (BRASIL, 2006).

A maior parte dos serviços de saúde aos PNEs podem ter resolução no nível Básico, em atendimento ambulatoriais, a depender apenas dos primeiros atos de cuidado de ouvir, orientar e ao mais, acolhê-los (CASTILHO *et al*, 2015).

Oliveira *et al* (2015), mencionam que, em alguns casos, Pacientes com Necessidades Especiais possuem movimentos limitados e/ou involuntários que dificultam sua própria higienização oral, ou mesmo não têm boa recepção a esse afazer, que somando esses fatores ao uso de medicamentos que aumentam o risco de infecções a uma dieta cariogênica, na maioria das vezes, torna o atendimento odontológico ainda mais imprescindível. Oliveira *et al* (2015) afirmam ainda, que o protocolo convencional da manutenção a cada 06 meses, torna-se insuficiente diante tais circunstâncias.

A diferença que existe entre o atendimento convencional e o diferenciado para os usuários com necessidade de cuidados especiais, está basicamente no manejo para com o indivíduo e responsáveis, na estrutura arquitetônica e na relação das afecções orais com o resto do corpo, pois a técnica do procedimento são iguais (SILVA, 2016). Pereira *et al*. (2010), ajudam na sustentabilidade dessa afirmação, pois em um trabalho avaliando a experiência de pacientes com deficiência atendidos em um projeto de extensão do curso de Odontologia da Universidade Luterana do Brasil, Canoas (Rio Grande do Sul), constataram que é possível solucionar a maior parte das necessidades de pacientes com deficiência a nível ambulatorial, caracterizando os atendimentos desde uma aplicação tópica de flúor (ATF) até confecção de próteses, e afirma que as maiores dificuldades do atendimento são em relação ao manejo.

Castilho *et al* (2015) dizem que os cirurgiões-dentistas e demais responsáveis por promover a saúde, não somente médicos, devem ser qualificados e capacitados, durante seus cursos de graduação, a identificar as diferenças e excepcionalidades de todos, para melhor assistir a importante parcela da população que requer cuidados especiais.

Ditterich, Portero e Schmidt (2007) consideram que existe um descuido, para com PNEs, por parte das IES do Brasil, que formam CDs inseguros e despreparados em atendê-los.

Amaral *et al* (2011) fizeram avaliação de expectativas e sentimento de alunos de odontologia frente ao atendimento de Pacientes com Necessidades Especiais e obtiveram como resposta positiva, em relação ao sentimento ao atender um PNE, a necessidade de cuidar para 34% dos entrevistados, e como resposta negativa aparece a insegurança para 29% deles. Quando questionados sobre o que poderia ser feito para minimizar as situações negativas nos atendimentos, a grande maioria respondeu que deveriam obter maior segurança e conhecimento tanto em questões práticas quanto teóricas, e ainda estágios de vivência clínica com atendimento aos PNEs.

Amorim *et al.* (2007), analisaram a produção de 15 anos (1990-2004) de 3 revistas especializadas em Odontologia e constataram que a maior abordagem de assuntos delas voltava-se para a Dentística/Materiais dentários com um percentagem média de 13,41% por exemplo, enquanto para PNE é de 0,58%. Isso faz refletir sobre o que tem sido mais divulgado na área e quais os saberes que tido maior repercussão e interesse de pesquisa.

Fonseca *et al* (2010) realizaram uma pesquisa com dentistas em 5 municípios, analisando qualitativamente a percepção de dentistas envolvidos nos atendimentos de Pacientes com Necessidades Especiais de serviços públicos, e diante os resultados, afirmaram que a Odontologia ainda fundamenta-se e enaltece a técnica, muitas vezes desvalorizando as características pessoais do paciente e tornando difícil o atendimento a pessoas que requerem protocolos especiais.

Tal percepção foi possível ao observar, que os profissionais foram unânimes em relatar que os melhores pacientes de atender seriam os de comunicação mais fácil, e ainda averiguaram no mesmo estudo, uma maior preferência em atender aqueles, segundo Fonseca *et al* (2010, p.214) “[...] que possam se comportar como os nossos manequins odontológicos da época da graduação[...], fazendo-se implícita a limitação individual por partes destes.

A formação que o estudante recebe durante a graduação torna-o mais flexível social, psicológica e teoricamente, e solidariza-o diante os outros seres humanos. O ensino deve ser “abolicionista”, desemparedar os muros limitadores, e ampliar os conhecimentos e a possibilidade de atuação, empoderando o aluno a sair da instituição capaz de solucionar os problemas que a população apresentar de frente a seus recursos materiais (CASTILHO *et al.* 2015; FONSECA *et al*, 2010; GOMES *et al*, 2009).

Para Fonseca *et al* (2010) profissionais despreparados pecam quanto ao atendimento aos Pacientes com Necessidades Especiais e muitas vezes estabelecem limites que não são relacionados aos serviços ou menos ainda a esses seres. E isso pode gerar uma falta de assistência a esse grupo, por vezes deixando de cumprir uma boa parte do que determina o princípio de integralidade e universalidade que garante a saúde a todos sem discriminação segundo nosso sistema de saúde (BRASIL, 2006).

Em 2013, Bonato *et al*, apresentaram em seu estudo que a oferta de componente curricular na Odontologia para PNEs, nas Instituições de Ensino Superior do Nordeste e Brasil em geral, era baixa, e em sua maioria tem sido ainda insuficiente quando comparada a quantidade de pacientes que necessitam o atendimento no Brasil.

Com intuito de observar se alguma mudança ocorreu nos últimos três anos, o presente trabalho apresentará o panorama atual da disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais, nos cursos de Odontologia das Instituições de Ensino Superior do Nordeste do Brasil.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi do tipo documental, de abordagem quantitativa, com teste estatístico e analisados de forma descritiva cuja finalidade foi avaliar os currículos das IES do Nordeste brasileiro, dos cursos de Odontologia em relação à abordagem da disciplina de PNEs.

A pesquisa foi realizada no período de maio a agosto de 2016. Foram admitidas todas as IES cadastradas segundo o e-MEC, a base de dados oficial e única de informações relativas à Instituições de Educação Superior e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino, com cursos de Odontologia na região Nordeste, incluindo as matrizes e ementas curriculares das mesmas, sem critérios de exclusão.

A presente pesquisa foi realizada seguindo etapas subseqüenciais, a começar pela localização das IES que oferecem o curso de Odontologia, em cada estado nordestino, através do endereço virtual do MEC (www.emec.mec.gov.br). Depois de localizar as instituições, foi iniciada uma busca para aquisição das matrizes

curriculares e/ou ementa do curso, através dos sites oficiais das instituições cadastradas; as não disponibilizadas para acesso livre, foram solicitadas via-email.

Após isso, as escolas foram classificadas segundo a oferta de disciplina exclusiva de Odontologia para PNEs, encontrado em suas respectivas matrizes curriculares. Foi feita uma análise quantitativa do total de instituições, por estado, que oferecem o componente, que não oferecem, e com matriz indisponível.

E por fim, as instituições com ementa disponível foram analisadas de forma quantitativa em relação ao modo de oferta, se obrigatório ou eletivo; e quanto ao sistema de abordagem da disciplina, apenas teórica, apenas prática ou teórico-prática. O fluxograma a seguir mostra a sequência aplicada (FIGURA 1).

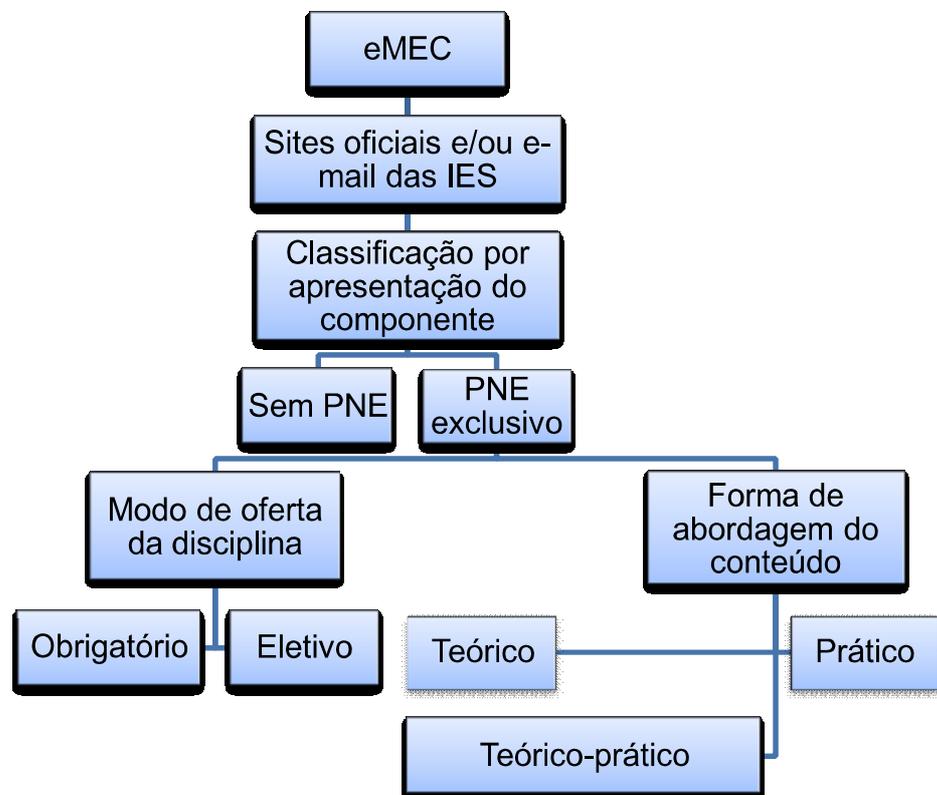


FIGURA 1. Fluxograma de etapas aplicadas à metodologia.

As informações obtidas em cada etapa eram analisada estatisticamente de forma descritiva.

3. RESULTADOS

Foram encontradas 79 escolas de graduação com curso de Odontologia nos estados do Nordeste, no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Ensino Superior.

Aparecem Bahia, Pernambuco e Paraíba como os Estados do Nordeste com mais instituições cadastradas no MEC, (destacando 24, 11 e 10 respectivamente) com curso de graduação em Odontologia.

Do total, 57 escolas (72,2%) disponibilizaram suas grades curriculares nos sites oficiais ou e-mail, contra 22 (27,8%) que não estavam livres para acesso. Com os currículos acessíveis foi possível observar quantas instituições concedem ao menos uma disciplina exclusiva de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, como pode-se observar na figura 2.

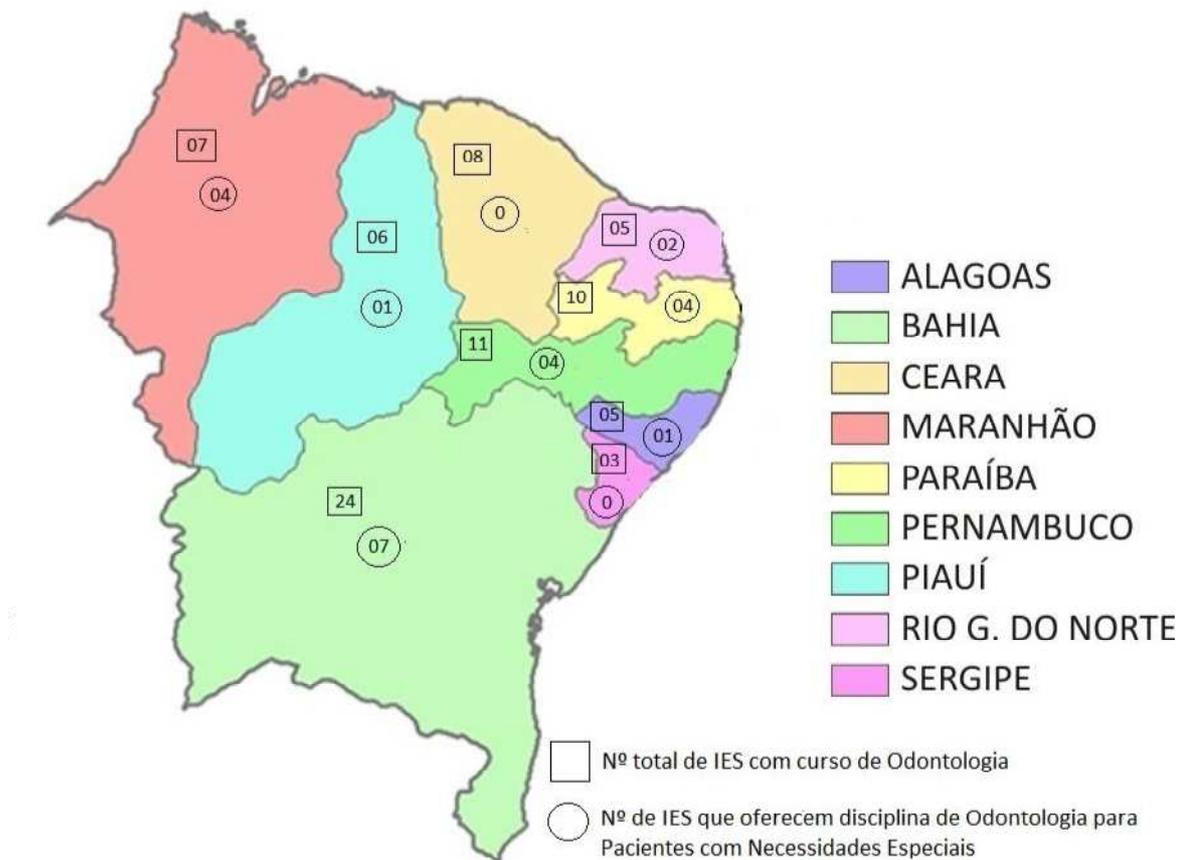


FIGURA 2. Mapa apresentando IES por estado e oferta da disciplina de Odontologia para PNE.

Dentre os 57 currículos encontrados, apenas 40,3% retratam a disciplina com exclusividade para os PNEs, bem como exposto no Quadro 2.

QUADRO 1. Classificação por estados e apresentação do componente

Estados do Nordeste	Instituições de Ensino Superior			
	TOTAL(1) n	Matriz disponível n (%)	Não apresentam a disciplina(2) n (%)	Apresentam a disciplina(2) n (%)
Alagoas	05	5 (100)	04 (80)	01 (20)
Bahia	24	16 (66,6)	09 (37,5)	07(29,1)
Ceará	08	04 (50)	04 (50)	0 (0)
Maranhão	07	04 (57)	0 (0)	04 (57)
Paraíba	10	09 (90)	05 (50)	04 (40)
Pernambuco	11	08 (72,7)	04 (36,3)	04 (36,3)
Piauí	06	04 (66,6)	03 (50)	01 (16,6)
Rio Grande do Norte	05	05 (100)	03 (60)	02 (40)
Sergipe	03	02 (66,6)	02 (66,6)	0(0)
TOTAL n (%)	79 (100)	57 (72,1)	34 (43)	23 (29,1)

(1) Instituições de Ensino Superior cadastradas no e-MEC com o curso de Odontologia

(2) Componente exclusivo para pacientes portadores de necessidades especiais, na matriz curricular do curso de Odontologia

Proporcionalmente ao total de IES por Estado, Maranhão é o que oferece mais graduações de Odontologia com disciplina de PNE, cerca de 57% das instituições ali localizadas. Em seguida: Paraíba e Rio Grande do Norte com 40% cada; Pernambuco, 36,3%; Bahia, 29,1%; Alagoas, 20%; Piauí, 16,6%; Ceará e Sergipe com 0%.

Quando avaliados novamente os currículos, em relação ao modo de oferta da disciplina, 74% apresentaram-se obrigatórias, 13% eletivas e outras 13% não forneceram essa informação.

Quanto ao meio de aplicar o conteúdo, o método teórico-prático superou, exibido em 77% das IES, enquanto 16% o fazem apenas de forma teórica e em

nenhum dos currículos foi encontrada escola que oferecesse o conteúdo apenas prático.

4. DISCUSSÃO

A presente pesquisa optou por busca na internet sobre o tema por considerar esse meio de comunicação mais ágil e com maior probabilidade de apresentar os dados buscados, como disseram Graziosi, Liebano e Nahas (2012).

Observa-se um avanço quanto ao debate da temática de Odontologia para PNEs na IES do Brasil. A pesquisa de Bonato *et al.* (2013) mostrou que de 221 instituições no Brasil com Odontologia, apenas 56 contemplavam o componente de PNE, sendo apenas 11 dessas nos estados nordestinos. Enquanto os dados do presente trabalho apontam, dentre os currículos disponíveis, 23 escolas de graduação apresentando ao menos uma disciplina exclusiva para Pacientes com Necessidades Especiais.

Os resultados da atual pesquisa mostram a Bahia ainda com o maior número, sendo agora com 07; PB, PE e MA com 04 em cada estado; RN com 02; Alagoas, agora mostra 01; Piauí continua apresentando 01 segundo esta. Ainda na pesquisa de Bonato *et al* (2013), os estados que apresentaram o número maior de instituição com abordagem ao tema, foram a Bahia, Maranhão e Piauí, com 04, 02 e 02 respectivamente; Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí e Rio Grande do Norte com 01 em cada, e Alagoas e Sergipe com nenhuma.

Ceará que nos resultados de Bonato *et al* (2013), aparecia com 01, agora mostra nenhuma, o que pode estar relacionado à disponibilidade da matriz ou com a exclusividade do componente que a atual pesquisa considera; e Sergipe, ainda com nenhuma.

Os dados de Paraíba e Rio Grande do Norte apresentam um número pequeno de IES com odontologia para PNE (04 e 02, respectivamente), apesar da evolução de ambas notada anteriormente, considerando as relações feitas por Oliveira (2012) baseadas na última pesquisa do IBGE, realizada em 2010, mostrando que além do Nordeste apresentar índice de 26,3% em prevalência de pessoas deficientes, maior que a média nacional (23,9%), os estados de Rio Grande do Norte e Paraíba ainda superam esses números apresentando taxas de 27,76% e 27,58% respectivamente, podendo isso ser resposta da acessibilidade dos habitantes

aos recursos básicos, ou a falta dela, como educação e saúde, oferecidos em cada estado.

No Brasil, 60,7% das IES do Brasil que ofertam uma disciplina de odontologia para PNE durante a graduação, o fazem de modo obrigatório (BONATO *et al*, 2013). No Nordeste, segundo os dados da atual pesquisa, aproximadamente 74%, é disponível como obrigatória, ou seja, a maior parte das instituições que dispõem da disciplina a vê compreende como necessidade de ser básica, ainda em 13% é oferecida como optativa, e em outros 13% a informação sobre modo de oferta não foi disponível.

Finkler, Caetano, Ramos(2011) concordam que a Odontologia ainda é regida por um modelo mais assistencialista e observa que a formação atual deixa a desejar nas relações mais humanísticas e de reais necessidades do paciente. Para uma realidade diferente seria necessário unir os dois elementos diretamente ligados à formação que os estudantes da área recebem, Ministérios da saúde e da educação.

As poucas IES que oferecem uma disciplina exclusiva para PNE nas escolas de graduação em Odontologia no Nordeste, ainda dividem-se em relação à forma de abordagem. Segundo os dados obtidos, das 23 instituições com o componente, mostrou uma importância quanto à abordagem teórico-prática, em 14 instituições, aproximadamente 60,86%; em 13% foi dispõem ainda apenas teórico; nenhuma oferece a disciplina apenas prática, e 26,08% não disponibilizam tal informação. Enquanto, consoante a pesquisa de Bonato *et al*. (2013), no Brasil, 48,21% das IES abordam como teórico-prático; 44,64% apenas prático e 7,14% apenas teórico.

A relevância que é dada aos conteúdos abordados nas IES revelamos conceitos que as escolas têm sobre cada tema e dizem muito sobre o tipo de profissionais que elas pretendem gerar. Os projetos de ensino dos cursos de saúde têm se desenvolvido em vários quesitos, mas tem deixado falta em outros fundamentais, proporcionando, por vezes, uma formação insatisfatória, segundo as matrizes curriculares, por exemplo, na atenção aos PNEs (GOMES *et al*, 2009).

As IES do Brasil devem basear suas ideias de ensino no modelo de saúde fornecido no país, tornando os futuros dentistas, médicos e demais, inteirados e despertados para as sensibilidades e particularidades de cada grupo de pessoas e região (OLIVEIRA, 2015).

O presente estudo almeja contribuir para despertar uma maior valorização da abordagem ao tema. Sugere-se, uma maior divulgação e ampliação de

conhecimento por parte das IES, incluindo e tornando obrigatório(s) componente(s) curricular(es) teórico-prático que abordem o conteúdo de Odontologia para Pessoas com Necessidades Especiais aos alunos de graduação despertando um olhar mais inclusivo e mais acolhedor por todos.

Os estudantes de graduação, futuros cirurgiões-dentistas, devem ser instruídos como generalistas, portanto mesmo que não tenham feito especialização de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais devem estar condicionados a cuidar da saúde desse segmento populacional, sendo capacitados a detectar as doenças da cavidade orale compreender suas relações sistêmicas para melhor diagnosticar, tratar e/ou encaminhar quando necessário (PERES; PERES; SILVA, 2005).

5. CONCLUSÃO

A maior parte dos currículos das instituições estava disponível para acesso livre. Através destes, foi possível constatar que em média 60% das IES do Nordeste brasileiro não oferecem uma disciplina no curso de Odontologia exclusiva para Pacientes com Necessidades Especiais. Em relação ao modo de ofertar o componente, predominou o modo obrigatório. Quanto à forma de abordar o assunto, prevaleceu o sistema teórico-prático e em nenhum dos currículos foi encontrada escola que o concedesse apenas prático.

APPROACH TO DISCIPLINE PATIENTS WITH SPECIAL NEEDS IN DENTISTRY OF CURRICULUM INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION OF NORTHEAST BRAZIL

ABSTRACT

Objective: To present the current situation of higher education institutions that offer undergraduate degree in Dentistry, in northeastern Brazil, as the approach of Patient theme with Special Needs (PSN). **Methods:** Through a search conducted through the Internet, 79 IES registered with Dentistry course had their curricula and menus researched and analyzed quantitative and qualitative way. Schools were evaluated on: the presence or absence of a unique component to PNE presented in your resume; the form of supply; and approaching the content mode. **Results:** It was found that 72% of Northeast IHE provide grid and / or menu via the Internet. It was observed that the available resumes, 40.4% of institutions have specific component PSN. In this installment, 17 offered it as compulsory and 03 as elective and 03 not informed; 14 provided theoretical and practical, 03 only theoretical, no practical and only 06 did not provide this information. **Conclusions:** Most of the curricula of the institutions was available for free access. Approximately 60% of the Brazilian Northeast IHEs do not offer a course in the course of exclusive Dentistry for PSN. Regarding the mode of offering the component predominated required. How to apply the content, theoretical and practical system prevailed, and none of the curricula found that the school grant only practical.

KEY WORDS:Patients with special needs. Higher education institutions. Dentistry.

6.REFERÊNCIAS

- AMARAL, C. O. F. et al. Avaliação das expectativas e sentimentos de alunos de odontologia frente ao atendimento de pacientes com necessidades especiais. **RFO UPF**, v. 16, n. 2, p. 124-129, 2011.
- AMORIM, K. P. C. et al. A construção do saber em Odontologia: a produção científica de três periódicos brasileiros de 1990 a 2004. **Interface–Comunic Saúde Educ**, v. 11, n. 210, p. 9-23, 2007.
- ARAGÃO, D. et al. Acessibilidade da Criança e do Adolescente com Deficiência na Atenção Básica de Saúde Bucal no Serviço Público: Estudo Piloto. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 11, n. 2, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência**. 2.ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
- BONATO, L. L. et al. Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia no Brasil. **Clínica e Pesquisa em Odontologia-UNITAU**, v. 5, n. 1, p. 10-15, 2013.
- CAMPOS, C. D. C., et al. Manual prático para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. **Goiânia: Universidade Federal de Goiás-Faculdade de Odontologia**, p. 26-29, 2009.
- CASTILHO, L. S. et al. Atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais: Considerações a respeito de um projeto de extensão. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 2, n. 1, 2015.
- DITERRICH, R. G.; PORTERO, P. P.; SCHMIDT, L. M. A preocupação social nos currículos de odontologia. **Rev. Abeno**, v. 7, n. 1, p. 58, 2007.
- GOMES, M. J. et al. A percepção dos docentes do Curso de Odontologia da UFES em relação à necessidade de inclusão da disciplina denominada Atendimento Odontológico a Pacientes Portadores de Necessidades Especiais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, v. 11, n. 1, p. 33-39, 2009.

FINKLER, M.; CAETANO, J. C.; RAMOS, F. R. S. Integração “ensino-serviço” no processo de mudança na formação profissional em Odontologia. **Interface (Botucatu)**, v. 15, n. 39, p. 1053-70, 2011.

FONSECA, A. L. A. et al. Análise qualitativa das percepções de cirurgiões-dentistas envolvidos nos atendimentos de pacientes com necessidades especiais de serviços públicos municipais. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 20, n. 2, p. 208-216, 2010.

GRAZIOSI, M. E. S.; LIEBANO, R. E.; NAHAS, F. X.. Pesquisa em Bases de Dados. 2012. Disponível em:
<http://unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_cientifico/Unidade_13.pdf>
Acesso em: 05 agosto 2016.

OLIVEIRA, J. S. et al. Promoção de saúde bucal e extensão universitária: novas perspectivas para pacientes com necessidades especiais. **Revista da ABENO**, v. 15, n. 1, p. 63-69, 2015.

OLIVEIRA, L. M. B. et al. Cartilha do Censo 2010—Pessoas com deficiência. **Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência**, 2012.

PEREIRA, L. M. et al. Atenção odontológica em pacientes com deficiências: a experiência do curso de Odontologia da ULBRA (Canoas/RS). **Stomatós**, v. 16, n. 31, p. 92-99, 2010.

PERES, A. S.; PERES, S. H. C. S.; SILVA, R. H. A. Atendimento a pacientes especiais: reflexão sobre os aspectos éticos e legais. **Rev Fac Odontol Lins**, v. 17, n. 1, p. 49-53, 2005.

SILVA, D. C. N. et al. ACESSIBILIDADE DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MOBILIDADE REDUZIDA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JONAS MANOEL DIAS EM SÃO LUÍS DE MONTES BELOS-GO. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 8, n. 3, 2016.

SIQUEIRA, F. C. V. et al. Barreiras arquitetônicas a idosos e portadores de deficiência física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil. **Cien Saude Colet**, v. 14, n. 1, p. 39-44, 2009.